
DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2014

500
anos
foral
1514 - 2014
TERRAS DE
BOURO



Aprovações:

Câmara Municipal	14/11/2013
Assembleia Municipal	29/11/2013

ÍNDICE

1. Apresentação.....	2
2. Grandes Opções do Plano	5
3. Obras e Projetos Municipais	24
4. Apoio às Juntas de Freguesia	26
5. Política orçamental	29
6. Execução dos Projetos.....	32
7. Financiamentos	33
8. Gestão do Pessoal	35
9. Mapas	
9.1. Resumo do Orçamento.....	36
9.2. Orçamento da Receita	37
9.3. Orçamento da Despesa.....	40
9.4. Grandes Opções do Plano	
9.4.1. Atividades mais relevantes	45
9.4.2. Plano Plurianual de Investimentos	46
10. Anexos	
10.1. Mapa de Pessoal	49
10.2. Encargos com empréstimos	53
10.3. Quadro-resumo dos subsídios ao investimento	55
10.4. Declarações de Voto	56

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, apresentamos aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos com as **Grandes Opções do Plano (GOP)** e o **Orçamento do Município (OM)** para o ano de 2014, que contêm também o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** e as opções estratégicas que queremos ver concretizadas no presente e no futuro.

À semelhança dos anos anteriores, a apresentação destes documentos previsionais ocorre numa conjuntura de crise financeira, económica e social que, desde 2010, afeta gravemente o país e as autarquias e que continuará certamente a repercutir-se nos próximos anos no orçamento municipal e, mais grave ainda, nos orçamentos das famílias, com o desemprego, a falta de poder de compra, a diminuição da qualidade de vida, a redução da taxa de natalidade e o conseqüente envelhecimento da população a assumirem contornos dramáticos.

O Plano de Atividades e o Orçamento Municipal, que aqui apresentamos, foram elaborados com a preocupação de responderem às dificuldades previsíveis das pessoas e, por isso, contaram com o contributo dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que, tendo em conta o momento de grave crise económica e financeira nacional que também afeta os municípios, solicitaram, sobretudo, a resolução das situações prioritárias nas respetivas freguesias.

Quanto à concretização de projetos e obras públicas, todos nós temos plena consciência de que o momento é de contenção da despesa municipal, mas mesmo assim apresentamos um número bem significativo de obras e projetos. Também sabemos que o nosso concelho, como sempre referimos nos documentos previsionais dos últimos quatro anos, está asfíxiado por vários instrumentos normativos de gestão do território: um Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNG) e um Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC) que limitam o desenvolvimento do território e a concretização das potencialidades turísticas do nosso concelho; uma Reserva Ecológica Nacional (REN) e uma «Rede Natura 2000» que abarcam cerca de 90% do concelho e impedem intervenções no território. Qualquer obra em Terras de Bouro necessita de

inúmeros pareceres externos. Defendemos que é necessário preservar a natureza, mas as pessoas que vivem em áreas protegidas também têm direito a uma vida condigna como os restantes cidadãos do país.

Temos a perfeita noção de que não será nada fácil resolver os problemas da desertificação do concelho e do envelhecimento da população. Sempre soubemos que era um combate difícil, agora muito mais complicado devido à crise económica e social que arrasa o país. Tal crise nacional tem reduzido significativamente as receitas municipais. Em apenas três anos e meio (desde meados de 2010 e durante os anos de 2011, 2012 e 2013), o nosso concelho perdeu mais de 1.400.000,00 € de receita proveniente das transferências do Orçamento de Estado! No ano de 2014 perderá mais 187.000,00 €. Com esse dinheiro, o Município estaria numa situação financeira bem folgada e com capacidade para implementar mais medidas que combatessem a perda de população e o desemprego. Cada vez há menos dinheiro para investir e, sem dinheiro, não é possível concretizar as estratégias de desenvolvimento do concelho. Contudo, não desistiremos de lutar, como fizemos ao longo do mandato autárquico anterior, contra o desemprego e a perda de população. Também não abdicaremos das obras que consideramos fundamentais para Terras de Bouro e, como apresentaremos mais à frente, temos um número bem significativo de obras e projetos para concretizar (cf. mapa nas pág. 24 e seguintes).

As nossas propostas de atividades e projetos assentam no diagnóstico das necessidades que vamos fazendo para o nosso concelho. Apostaremos, sobretudo, nas obras que possam promover a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações.

Em 2014, celebraremos os 500 Anos da Carta de Foral que o Rei D. Manuel I concedeu à “Terra de Boyro”, em 20 de outubro de 1514. Será um acontecimento de grande significado histórico e cultural para o nosso concelho. Tudo faremos para dignificar esta efeméride.

Continuaremos a trabalhar para valorizar o nosso concelho e construir um futuro melhor para todos. Sabemos que isso só é possível com o esforço, o empenho, a determinação e o rigor nas opções e nas despesas por parte das Assembleias e Juntas de Freguesia, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Por isso, é nosso objetivo estratégico continuar a valorizar o papel das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal na construção de um concelho mais próspero. Manteremos com as Juntas de Freguesia um

diálogo constante e facultaremos o apoio técnico e financeiro necessário à concretização das obras prioritárias num contexto de crise. Continuaremos a solicitar à Assembleia Municipal a discussão dos assuntos que considerarmos de interesse para as populações e para o futuro do concelho.

A nossa atuação será objeto de monitorização e avaliação permanente, ajustando-a a novas realidades e necessidades que, certamente, surgirão ao longo do ano de 2014.

Terras de Bouro, 14 de novembro de 2014

O Presidente da Câmara Municipal


(Joaquim José Cracel Viana)

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 assentam nos seguintes objetivos estratégicos que desde o início da nossa gestão autárquica definimos para o nosso concelho:

- Continuar o esforço de equilíbrio das contas do Município;
- Promover o emprego;
- Combater a perda de população;
- Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das populações;
- Tornar o concelho atrativo ao investimento privado;
- Promover o desenvolvimento económico do concelho alicerçado no turismo e na agricultura;
- Dinamizar cada vez mais os edifícios e as estruturas municipais: Centro de Animação da Vila Termal do Gerês, Marina de Rio Caldo, Postos de Turismo, Museus, Centros Interpretativos, Piscinas Municipais, Casa dos Bernardos, Espaços Públicos, etc.

Face a estes objetivos estratégicos, continuaremos a apostar na melhoria das acessibilidades, na eficiência do abastecimento domiciliário de água e do saneamento básico, no apoio à construção de habitação própria para jovens e grupos carenciados, no apoio aos agricultores, empresários, jovens e idosos, na requalificação de espaços públicos, na recuperação do património histórico e cultural, na dinamização social, cultural e desportiva, na dinamização do turismo, na promoção do concelho, na atração de investidores, no equilíbrio entre as receitas e as despesas do Município.

A respeito da situação económica e financeira do Município, importa referir que, em apenas quatro anos da nossa gestão autárquica, reduzimos de cinco para dois meses o tempo médio de espera dos fornecedores e empreiteiros para pagamento dos seus serviços, mesmo tendo havido uma redução significativa da receita municipal (1.400.000,00 €) proveniente das transferências do Orçamento de Estado para o nosso Município. Reduzimos, em apenas quatro anos, o montante da dívida de médio e longo prazo em 1.716.619,47 €, o que significa uma redução de 31,47%. Neste momento, a dívida municipal de médio e longo prazo é de 3.738.898,47 €, o que acarretará uma despesa em juros e amortizações, ao longo do ano de 2014, no montante de 377.643,61 €. É nosso propósito, ao longo de 2014, apesar de já termos

atingido um desempenho muito positivo, continuar a reduzir a dívida de médio e longo prazo e a reduzir o espaço temporal das transferências para as Juntas de Freguesia e para outras Instituições dos montantes deliberados para obras e outros apoios financeiros.

Em tempo de crise económica e de contenção orçamental, temos conseguido melhorar e equilibrar as contas do Município. Contudo, a situação financeira do Município continua a exigir dos autarcas a seleção criteriosa das obras prioritárias e com possibilidades de se concretizarem e de serem pagas dentro dos prazos exigidos pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Procurando responder às necessidades prioritárias da população e tendo em consideração o contexto de crise que nos afeta (crise económica, social e orçamental), apresentamos de seguida as atividades e iniciativas que pretendemos realizar ao longo de 2014.

EMPREGO

O nosso concelho, apesar de possuir potencialidades únicas sobretudo ao nível do turismo, apresenta sérios constrangimentos em termos de atração económica e consequente criação de emprego, que resulta das fracas vias de acesso aos grandes centros urbanos e dos condicionalismos impostos por vários regulamentos do ordenamento do território (POPNPG, POAC, REN, RAN, REDE NATURA 2000).

Concorre também para aumentar as dificuldades de criação de emprego a atual crise económica do país, sujeito a um programa de ajuda financeira externa imposto pela Troika, onde o investimento público praticamente não existe e o investimento privado está bloqueado por falta de crédito bancário.

O desemprego é, sem dúvida, a principal consequência da crise económica que assola o país. A falta de emprego no país e no nosso concelho tem provocado o êxodo da população, sobretudo dos jovens que procuram soluções para a vida noutras paragens, sobretudo no estrangeiro.

Apesar das dificuldades neste domínio, não nos alharemos dos problemas da falta de emprego e do rendimento económico das famílias. Com o objetivo de atenuar as dificuldades

económicas dos munícipes, sobretudo dos desempregados, concretizaremos as seguintes atividades e medidas:

- Contactos e incentivos aos empresários para investirem no nosso concelho em diversas áreas (turismo, agricultura, comércio, indústria, etc.);
- Apoio técnico e financeiro na elaboração de projetos para candidaturas a fundos comunitários no âmbito da agropecuária e do turismo rural;
- Incremento da atividade turística, alavanca da economia do concelho, através de várias iniciativas e atividades que apresentamos mais à frente, em capítulo próprio (cf. pág. 11).
- Manutenção da eficácia do Gabinete de Apoio ao Agricultor. Através deste gabinete, entram no concelho muitas centenas de milhares de euros para apoiar os nossos agricultores e melhorar a qualidade de vida das suas famílias;
- Apoio e integração de alguns munícipes como trabalhadores da autarquia, ao abrigo do Regulamento de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas;
- Divulgação e concretização de medidas de apoio ao emprego e de qualificação profissional, através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP);
- Promoção de emprego e de ocupação de jovens através de Contratos Emprego-Inserção (CEI), CEI+, CEI Património, estágios profissionais e CEI para pessoas com deficiência e incapacidades;
- Promoção e apoio a cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Apoio ao empreendedorismo de base local em Terras de Bouro.

AÇÃO SOCIAL

Além do emprego e do rendimento económico das famílias, outra grande preocupação das nossas decisões políticas, ao longo de 2014, centrar-se-á na «Ação Social».

Tudo se exige à Câmara Municipal, muito mais em momentos de crise como aqueles que estamos a viver, pois é o órgão de poder mais próximo dos cidadãos.

Conhecemos as dificuldades e o sofrimento de muitas pessoas e famílias e não ficámos nem ficaremos indiferentes. Assim:

- Apoiaremos as famílias carenciadas na melhoria das condições de habitabilidade (elaboração de projetos, cedência de materiais, apoio financeiro para obras, etc.);

- Reabilitaremos edifícios públicos para habitação social, nomeadamente escolas primárias desativadas;

- Apoiaremos o pagamento de rendas da habitação a famílias socialmente desfavorecidas;

- Manteremos a dinâmica da loja social que tem dado importante apoio ao nível do vestuário, mobiliário, alimentos, brinquedos, etc.;

- Concretizaremos o Plano Municipal para a Igualdade de Género;

- Continuaremos a parceria, através de protocolo, com o Instituto de Reinserção Social, acolhendo e acompanhando pessoas com condenações pelos Tribunais para executarem trabalhos a favor da comunidade;

- Manteremos o protocolo com o Instituto de Segurança Social, assumindo alguns serviços, nomeadamente na ação social, RSI e PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados);

- Continuaremos a organizar um conjunto de atividades lúdicas, culturais e de lazer com idosos, no âmbito do projeto municipal “Envelhecer a Sorrir”;

- Manteremos a parceria no projeto supramunicipal “Bem Envelhecer”, promovido pela EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza), organizando e participando num conjunto de atividades lúdicas, culturais e de lazer com os idosos;

- Promoveremos atividades recreativas e culturais com os idosos do concelho, destacando-se os encontros de convívio e confraternização, as colónias de férias e o Encontro Anual da Pessoa Idosa;

- Dinamizaremos atividades lúdicas, culturais e de lazer com os idosos através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade;

- Promoveremos a Colónia de Férias Sénior;

- Apoiaremos e integraremos como trabalhadores na autarquia, ao abrigo do Regulamento de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas, alguns munícipes;
- Manteremos a parceria com o Instituto Habitat;
- Prestaremos o apoio técnico e financeiro a todas as Instituições de Solidariedade Social do concelho;
- Continuaremos a prestar apoio na área de enfermagem às IPSS do concelho, através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade;
- Apoiaremos, através do Banco Local de Ajudas Técnicas, pessoas dependentes com equipamentos e produtos de apoio (cadeira de rodas, camas articuladas, andarilhos, equipamento antiescadas, imobilizadores de membros, etc.).

Ação Social Escolar – apoio a crianças e jovens

Continuaremos a oferecer a todos os alunos do 1.º ciclo do 1.º escalão de abono a totalidade dos manuais escolares (três manuais e respetivos cadernos de apoio). Aos alunos do 2.º escalão de abono serão atribuídos dois manuais escolares e respetivos cadernos de apoio. Todos os alunos do 1.º ciclo recebem gratuitamente cadernos de atividades de apoio às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) de Inglês.

Ofereceremos todo o material de papelaria e desgaste (papel, tintas, lápis, marcadores, tinteiros, etc.) para as atividades escolares, lúdicas e expressivas do 1.º ciclo.

Continuaremos a garantir os transportes escolares gratuitos a todos os alunos que frequentam o ensino pré-escolar e o ensino básico e aos alunos com necessidades educativas especiais. Devemos salientar que todas as crianças com NEE, sobretudo as de maior dependência, continuarão a ser transportadas nas viaturas do Município gratuitamente. Comparticiparemos o valor do passe escolar aos alunos que frequentam o ensino secundário ou profissional e asseguraremos regularmente o transporte gratuito a todos os alunos para a realização de visitas de estudo, atividades desportivas, culturais e lúdicas.

Continuaremos os apoios no âmbito das refeições escolares do 1.º ciclo. A todos os alunos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo será garantida a Componente de Apoio à Família (refeições e prolongamento de horário), com especial apoio do Município no serviço de

refeições a todas as crianças no próprio estabelecimento de ensino, nos transportes e em materiais.

Em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, o Município participará em vários eventos e atividades que serão abordados no capítulo Cultura e Educação.

O Município, com a colaboração de algumas Juntas de Freguesia e através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade, continuará a promover o “ATL de Verão” para as crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, proporcionando-lhes gratuitamente inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturais (ex: idas à piscina, à praia, passeios de barco, visita a museus, convívios com idosos, etc.), bem como o transporte e a merenda da manhã e da tarde. Esta iniciativa do Município será um importante apoio para os pais que necessitam de trabalhar durante o verão.

O Município promoverá também a Colónia de Férias “Júnior” na praia.

Os nossos jovens que frequentam o ensino superior continuarão a usufruir de vários apoios do Município, de acordo com o Regulamento Municipal para o efeito.

Cumprindo a tradição do Natal, continuaremos a distribuir prendas a todas as crianças que frequentam os jardins de infância e o 1.º ciclo do ensino básico. Em tempos de crise económica, é fundamental que se fortaleçam os valores da solidariedade e da fraternidade e que nenhuma criança se sinta marginalizada.

Através da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), continuaremos a acompanhar diversas situações de crianças e jovens em risco (v.g., abandono e negligência parental; violência doméstica; abandono ou absentismo escolar, etc.;

Disponibilizaremos ainda serviços municipais de apoio psicológico, psicopedagógico terapia da fala e nutrição a todos os alunos que necessitarem destes serviços, através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade.

Programa de Apoio à Natalidade

Como incentivo ou apoio à natalidade, o Município continuará a oferecer aos bebés as vacinas não incluídas no Plano Nacional de Vacinação (PNV), nomeadamente a vacina pneumocócica e a vacina rotavírus. Estas vacinas podem ser substituídas na totalidade ou

em parte por artigos de puericultura, bens alimentares e de higiene para bebés. Para operacionalizarmos este apoio, manteremos os protocolos com as farmácias do concelho, pois os artigos só poderão ser adquiridos nestas farmácias. Assim, além de ajudarmos os pais e os bebés, apoiamos a economia local.

JUVENTUDE

Um dos graves problemas do nosso concelho é a falta de respostas aos anseios dos jovens. Por isso, os jovens fogem e a população diminui e envelhece. Procuraremos atenuar esta preocupante situação através das seguintes iniciativas:

- Criação do Conselho Municipal da Juventude;
- Criação de uma estrutura de apoio aos Jovens (Espaço JOVEM), com os seguintes objetivos:
 - Orientar e apoiar os jovens na procura de emprego e na criação de empresas;
 - Desenvolver atividades de ocupação de tempos livres;
 - Divulgar e incentivar o uso do «Cartão Jovem Municipal» que possibilitará descontos na utilização das valências e das estruturas municipais.

O Município manterá os vários apoios para a fixação de jovens, como a elaboração gratuita de projetos para habitação e para estruturas que, no âmbito do empreendedorismo, possam criar emprego, reduzindo as taxas municipais.

TURISMO

O turismo surge como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento económico e criação de emprego.

Terras de Bouro e o Gerês formam um território de turismo único, com uma mística ímpar, conjugando a diversidade paisagística, cultural e patrimonial e a capacidade de resposta em áreas fundamentais como o termalismo e o bem-estar, a hotelaria, a restauração e o lazer.

O Gerês é uma das maiores referências no turismo nacional, sobretudo no turismo de saúde e bem-estar e no turismo de natureza, pela história e projeção das Termas do Gerês e pelo valor natural e paisagístico do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Parte significativa da população do concelho vive direta ou indiretamente do turismo através do trabalho nas termas (Termas do Gerês e Termas da Moimenta), nos hotéis, nas casas de turismo rural, nos restaurantes, nos parques de campismo, nas empresas de animação turística, no artesanato, etc.

A via romana – Geira – que atravessa o concelho, recolhida pelo governo como Monumento Nacional, deve assumir-se cada vez mais como património histórico e cultural e como recurso turístico. Nesse sentido, apresentámos uma candidatura de requalificação e divulgação da Geira ao QREN/ON2, de modo a podermos concretizar o potencial turístico desta via.

O turismo é, pois, um desafio presente e futuro!

Para favorecer a atividade turística e divulgar o nosso concelho, apostaremos na dinamização das estruturas municipais: os Postos de Turismo de Rio Caldo e do Gerês continuarão abertos todos os dias da semana e com prolongamento de horário ao fim de semana, durante o período de verão; o Núcleo Museológico e a “Porta do PNPG” no Campo do Gerês assumirão um papel ativo de atração de visitantes, através de diversas atividades culturais e recreativas, exposições e comemorações; a Marina de Rio Caldo, o Centro de Animação Termal do Gerês, a Casa dos Bernardos e o Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos, em Santa Isabel do Monte, continuarão a ser espaços municipais importantes para a dinamização do turismo.

A Galeria dos Miliários está concessionada a um particular que explora o bar da Fronteira da Portela do Homem. O Centro Interpretativo do Garrano, também concessionado a uma empresa concelhia de animação turística, está a necessitar de algumas intervenções de modo a promover a sua total utilização. É um desafio que queremos resolver ao longo de 2014.

Além da dinamização das estruturas municipais, apostaremos na divulgação do nosso concelho nos meios de comunicação social, nos postos de turismo das principais cidades do norte do país e no aeroporto Francisco Sá Carneiro. Participaremos em feiras e eventos

ligados ao turismo: Bolsa de Turismo de Lisboa e Feira de Produtos Regionais Portugueses, em Nanterre, França.

Alargaremos a divulgação da revista turística municipal «À Descoberta do Gerês/Terras de Bouro», agora em vários idiomas: português, francês, inglês, espanhol e alemão.

Apostaremos na animação turística através de parcerias e protocolos com instituições e associações do concelho, como a Associação Gerês Viver Turismo e a ATACE: trilhos pedestres, animação turística, atividades culturais, desportivas e recreativas, etc.

Outras iniciativas municipais de promoção do turismo:

- Organização de eventos: Gerês Romântico, Fim de Semana Gastronómico, Animação de Verão, Feira de S. Martinho, Festas Concelhias, Abertura da Época Termal, Encontro Nacional de Poetas, etc.;

- Promoção da gastronomia: Fim de Semana Gastronómico e “Prove Pedaco do Gerês” (projeto em parceria com a APHORT, que valoriza a gastronomia local como fator de atração turística). Apoiaremos a “Feira da Chanfana de Cabra” da Ermida e apostaremos na concretização de uma Feira de Gastronomia anual;

- Preocupação com a higiene dos espaços públicos (limpeza e recolha do lixo);

- Incentivo e apoio à recuperação de estruturas turísticas por parte de entidades particulares (candidaturas através da ATAHCA);

- Apoio à organização de eventos: Subida da Vezeira; Provas desportivas (Ultra *Trail*, Ciclismo, BTT, TT);

- **Consolidação do Conselho Municipal de Turismo de Terras de Bouro:** um órgão com caráter eminentemente consultivo, que coopera na política municipal de turismo, apresentando propostas, e promove a criação de condições para estimular o desenvolvimento da atividade turística no nosso concelho.

- **Concretização do Plano de Valorização Turística de Terras de Bouro,** solicitado pelo Município a uma empresa creditada para o efeito (NML – Projetos e Desenvolvimento Turístico). Esse **Plano de Valorização Turística** aponta os produtos turísticos estratégicos, a oferta turística (alojamento, restaurantes, trilhos pedestres, animação turística, recursos

turísticos), a procura turística, a gestão turística interna na Câmara Municipal e com as empresas e instituições, a comunicação e a aposta na marca GERÊS, os suportes de comunicação *online*. Apresenta várias propostas, como a melhoria da sinalização turística, a certificação do território, a mobilidade, a melhoria da animação turística, a alteração da gestão e da comunicação interna por parte da Câmara Municipal (criação do gabinete de Turismo), etc. É um documento importante para melhorarmos a dinâmica do Turismo no nosso concelho.

Para aumentarmos a atratividade turística, proporemos ainda a revisão do Plano de Ordenamento do PNPG no que se refere às taxas e portagens.

AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

Assumimos o setor agrícola como um vetor fundamental de emprego e de economia familiar. Temos no nosso concelho muitas famílias que vivem dos rendimentos do trabalho na agricultura, pecuária e silvicultura.

Para podermos apoiar eficazmente o setor agrícola, manteremos a dinâmica do «Gabinete de Apoio ao Agricultor» que tem sido um êxito e que oferece os seguintes serviços de forma gratuita:

- Candidaturas a apoios financeiros, elaboração de candidaturas de projetos, programas de formação e informação, apoio jurídico, organização de eventos (concursos, exposições, visitas, ações de formação, etc.).

O GAA tem um protocolo com a Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) cujo principal objectivo é apoiar os agricultores. Com este protocolo, o GAA assume-se também como uma delegação da AJAP, apoiando todos os jovens que desejem desenvolver projetos agrícolas, de pecuária e de silvicultura.

Ao longo dos últimos quatro anos, este Gabinete elaborou cerca de três mil candidaturas para ajudas ao rendimento, ajudas animais (bovinos, ovinos e caprinos), apoio ao pastoreio extensivo, medidas agro e silvo-ambientais e manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas. Deste modo, entraram no concelho muitas centenas de milhares de euros.

ACESSIBILIDADES

Uma boa rede de vias municipais e nacionais é fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Propomo-nos executar as seguintes obras:

- Requalificação de vias municipais: EM para o lugar da Ermida; EM no Campo do Gerês/Guarda; acessos a Pergoim;
- Pavimentação de diversos acessos e ruas em várias freguesias;
- Preservação de todas as vias no interior do concelho;

URBANISMO, PLANEAMENTO E HABITAÇÃO

Vivemos no nosso concelho e no país uma crise de construção de habitação. As limitações impostas no acesso ao crédito bancário, provocadas pela crise financeira que o país atravessa, acrescidas pelos regulamentos de ordenamento do território do nosso Município, têm contribuído significativamente para a crise de habitação que atravessamos.

No domínio do urbanismo e planeamento, empenhar-nos-emos na revisão do atual Plano Diretor Municipal (PDM) e tudo faremos para acelerar essa revisão. Da parte do Município o trabalho está concluído, faltando a validação da nossa proposta por entidades externas para que o documento seja colocado em discussão pública.

Disponibilizaremos lotes de terreno do Município para a construção de habitação para jovens

Apoiaremos as famílias com dificuldades económicas e todos os jovens e casais jovens do concelho, através da oferta de projetos de arquitetura elaborados pelo Gabinete de Apoio ao Múncipe (GAM) e da redução do valor das taxas e licenças de construção.

O Gabinete de Apoio ao Múncipe continuará a elaborar projetos para obras particulares, para as Juntas de Freguesia e outras Instituições do concelho.

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Procederemos à requalificação de vários espaços públicos, o que evidencia a nossa preocupação no adorno do concelho e em contribuir para o bem-estar das pessoas residentes

e das que nos visitam. Destacamos o arranjo urbanístico da rua da Geira (continuação da pavimentação em paralelo), no Campo do Gerês; o arranjo urbanístico do largo da Igreja Paroquial, em Choreense; a requalificação do lugar de Cortinhas, em Brufe (2.^a fase); a requalificação do largo do Calvário, em Covide; a requalificação do espaço envolvente à capela de Santa Eufémia, em Covide; o arranjo urbanístico do espaço exterior da capela de S. Miguel, o Anjo, em Guardenha; a construção de um parque de lazer junto ao rio Homem, em Moimenta; a requalificação urbanística do lugar da Seara de Baixo (construção de um largo) e do largo junto à EN, em Parada, em Rio Caldo; a requalificação do lugar da Igreja (pavimentação em paralelo de algumas ruas) e a construção de um parque de manutenção física, em Souto; a construção de um parque infantil e de manutenção física na Vila do Gerês e a construção de um passeio ao longo da estrada municipal entre a Ponte de Rio Caldo e a Vila do Gerês (1.^a fase).

ÁGUA E SANEAMENTO

O abastecimento domiciliário de água é um direito básico das populações. Temos resolvido vários problemas neste âmbito, sobretudo problemas que surgem durante o verão, em várias freguesias, o que acarretava e ainda acarreta situações intoleráveis para os municípios. Para resolver de vez as situações preocupantes que ainda subsistem, continuaremos a reformulação ou ampliação da rede de abastecimento de água e o reforço das captações de água em diversas freguesias, substituindo os reservatórios.

Quanto ao saneamento básico, a nossa preocupação irá para as freguesias e lugares onde os sistemas já não se mostram eficazes, como são os casos do Campo do Gerês, de Admeus, em Vilar da Veiga, e da sede do concelho.

AMBIENTE E PATRIMÓNIO NATURAL

A preservação do ambiente tem sido uma preocupação constante do Executivo Municipal. Neste sentido, continuaremos a apoiar todas as iniciativas e atividades no âmbito da educação ambiental promovidas na Porta do PNPG do Campo do Gerês, pelas escolas do concelho ou de outros concelhos. Com o objetivo de educarmos as nossas crianças e jovens para os valores da cidadania, celebraremos o Dia Mundial do Ambiente e o Dia Mundial da

Floresta, contando sempre com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro.

Promoveremos parcerias com outras entidades (PNPG, EDP, AMO, etc.) para as atividades de reflorestação das áreas ardidas e limpeza de plantas invasoras no nosso concelho e participaremos em projetos como «Limpar Portugal».

Apostaremos na limpeza e higiene de espaços públicos, como parques de merendas e de lazer.

Continuaremos disponíveis para colaborar, como até aqui, com recursos financeiros, técnicos e humanos, nas tarefas de preservação do nosso património ambiental.

Procuraremos resolver graves problemas ambientais provocados pelo mau funcionamento das ETAR em alguns locais do concelho, sobretudo no Campo do Gerês, no lugar de Admeus, em Vilar da Veiga, e na sede do concelho.

PATRIMÓNIO EDIFICADO E IMATERIAL

Todos temos a obrigação de respeitar e preservar o património público edificado e imaterial do nosso concelho. A Câmara Municipal tem de ser o garante dessa preservação e, por isso, prestará o apoio técnico e financeiro na:

- Conservação do património edificado concelhio, constituído pelas igrejas, capelas, espigueiros, cruzeiros, eiras, pontes, moinhos, lagares, etc.;

- Recuperação das escolas primárias para sedes de Associações ou Instituições, para actividades das Juntas de Freguesia, para museus locais, para salas de actividades sociais e culturais, etc.;

- Preservação e divulgação do património cultural imaterial de Terras de Bouro. As nossas tradições, o folclore, os saberes populares, as línguas e dialetos, as lendas, os contos e as histórias, a religião e diversas manifestações culturais, transmitidas oralmente de geração em geração, devem ser preservadas e divulgadas em documentos (livros) que recolham esse património. É nosso propósito continuar a publicação de obras sobre o nosso concelho. Nos últimos quatro anos, publicámos sete obras sobre pessoas, histórias, poesias, lendas e contos,

costumes, geografia, etc. de Terras de Bouro. Queremos continuar a enriquecer o nosso espólio cultural.

CULTURA, EDUCAÇÃO E RECREIO

No domínio da cultura, dinamizaremos atividades nos Museus de Vilarinho da Furna e da Geira, apoiaremos os grupos de teatro do concelho, publicaremos obras literárias e de preservação da história e da cultura do nosso concelho.

Celebraremos, em 2014, os 500 Anos da Carta de Foral que o Rei D. Manuel I concedeu à “Terra de Boyro”, em 20 de outubro de 1514. Será um acontecimento de grande significado histórico e cultural para o nosso concelho, que contará com diversas atividades e iniciativas, que merecem destaque em capítulo próprio.

No domínio da educação, colaboraremos nas atividades educativas das nossas escolas e Agrupamento de Escolas; melhoraremos as condições físicas de ensino e de aprendizagem nas escolas através da execução de obras e de fornecimento de materiais; organizaremos os transportes escolares e apoiaremos os alunos como já foi referenciado no capítulo “Ação Social Escolar”.

Através do Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade, que em 2014 funcionará na vila de Terras de Bouro e na vila do Gerês, continuaremos a proporcionar atividades de apoio ao estudo a todos os alunos dos três ciclos do ensino básico. Fomentaremos a aprendizagem da língua inglesa através de cursos livres destinados ao público em geral e a trabalhadores da hotelaria e restauração em particular. Continuaremos a dinamizar atividades no âmbito do ensino da música, nomeadamente o curso livre de guitarra e de concertina.

As inúmeras festas religiosas nas freguesias e as Festas Concelhias assumem um caráter iminentemente recreativo, embora sejam marcadas pela nossa cultura popular de minhotos: o folclore, o arraial profano e a religião sempre andaram de mãos dadas. No sentido de contribuirmos para a preservação das tradições culturais e religiosas, manteremos o apoio a todas as comissões de festas das diversas freguesias do concelho que contratem grupos musicais ou ranchos folclóricos concelhios, através da atribuição de um apoio financeiro de 400,00 €.

As festas populares são também um excelente cartaz turístico, que trazem ao concelho milhares de visitantes, contribuindo para a dinamização da economia local. Podemos afirmar que as Festas Concelhias em honra de S. Brás são o maior acontecimento popular e recreativo do nosso concelho. Por isso, a Câmara Municipal assume a organização destas Festas e empenha-se no seu êxito. O orçamento municipal obriga a contenção na despesa, mas as Festas Concelhias continuarão a manter um nível elevado no seu programa de animação.

Realizaremos o Encontro Concelhio de Cantares de Natal e Reis, o Dia Internacional dos Museus, o Encontro de Tocadores de Concertina e Cantares ao Desafio, o Encontro Nacional de Poetas no Gerês, as Comemorações do Dia do Município e a Feira de S. Martinho, eventos que marcam e divulgam as nossas tradições culturais.

500 ANOS DO FORAL DE TERRAS DE BOURO

No dia 20 de outubro de 1514, o Rei D. Manuel I concedeu à “Terra de Boyro” a Carta de Foral. Em 2014 celebraremos os 500 Anos deste relevante acontecimento histórico e cultural. Estão já previstas as seguintes atividades, que se centrarão nos meses de agosto e de outubro de 2014:

- Apresentação de um trabalho histórico sobre a Carta de Foral;
- Edição de uma medalha comemorativa;
- Inauguração de um monumento comemorativo;
- Comemoração do dia de cada freguesia do concelho (realização de um evento histórico em cada freguesia sobre a sua constituição/formação ou sobre outro evento histórico significativo para essa freguesia);
- Conferências, teatro e dramatizações, exposições, cortejos, concertos musicais, atividades populares, etc.

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

No sentido de fomentar a prática desportiva e a formação humana que essa prática encerra e transmite, concretizaremos as seguintes iniciativas e atividades:

- Apoio financeiro aos clubes do concelho que fomentam a prática desportiva regular e federada (G. D. Gerês, A. D. Terras de Bouro, G. D. Rio Caldo e Associação Lúrio do Gerês);
- Colaboraremos na organização ou apoiaremos vários eventos desportivos no concelho: Torneio Concelhio de Futsal, *Ultra Trail* Geira – Via Romana, Campeonato Regional de BTT, Prova de TT “À Descoberta do Gerês por maus caminhos”, provas de ciclismo, provas de atletismo, etc.
- Requalificação de espaços desportivos e estruturas de apoio;
- Continuação do programa infanto-juvenil durante as férias escolares de verão (ATL).
- Dinamização de aulas de zumba, judo, hidroginástica, natação, etc.

PROTEÇÃO CIVIL, SEGURANÇA E TRÂNSITO

A extensa e valiosa mancha florestal do nosso concelho exige de todos os cidadãos um comportamento ativo e uma atenção especial aos incêndios florestais. Ao longo dos últimos anos e no futuro, a autarquia manteve e manterá uma atitude de apoio e de colaboração com todas as entidades que operam no nosso território no domínio da preservação e do combate aos incêndios. É sempre com grande apreensão e angústia que vivemos cada época de calor!

Através do Gabinete de Proteção Civil do Município, continuaremos o acompanhamento de simulacros realizados por diversas entidades, o tratamento de dados relativos a incêndios e acidentes rodoviários ocorridos no Município de Terras de Bouro e a participação nas reuniões distritais da Proteção Civil e da Segurança Rodoviária.

Através dos dois placards eletrónicos colocados um na sede do concelho e outro em Rio Caldo, divulgaremos situações de risco e apelaremos ao comportamento cívico das pessoas, tendo em vista a proteção do nosso património natural e florestal.

O Município continuará a apoiar, através de um protocolo com a Associação Florestal do Cávado, o funcionamento de uma brigada de sapadores florestais que trabalha na prevenção de riscos de incêndio e na preservação da natureza.

Relacionado com a segurança e os direitos das pessoas, sobretudo no domínio da justiça, o Município possui um Julgado de Paz há 10 anos que tem resolvido inúmeras situações de conflito entre munícipes.

Relativamente ao ordenamento do trânsito, sobretudo do estacionamento, as medidas já tomadas nos anos anteriores, como a colocação de parcometros na sede do concelho e a criação de locais de estacionamento, têm dado bons resultados. São, pois, medidas que devem continuar ao longo de 2014.

SAÚDE E BEM-ESTAR

Neste domínio concretizaremos as seguintes medidas:

- Colaboração, através de meios humanos e viaturas, com o Centro de Saúde na prestação de cuidados médicos e de enfermagem ao domicílio, mantendo um ótimo espírito de cooperação com o Centro de Saúde do concelho;

- Asseguraremos o transporte gratuito às crianças acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para consultas médicas em clínicas e hospitais;

- Asseguraremos o transporte gratuito a todas as pessoas para a realização de rastreios de saúde desenvolvidos no concelho;

- Desenvolveremos vários projetos direcionados para as crianças e jovens, nomeadamente projetos de saúde e de educação alimentar;

- Prestaremos apoio psicossocial, psicológico, de enfermagem, nutrição e de terapia da fala no Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade Local.

- Apoiaremos, através do Banco Local de Ajudas Técnicas, pessoas dependentes com equipamentos e produtos de apoio (cadeira de rodas, camas articuladas, andarilhos, equipamento antiescadas, imobilizadores de membros, etc.).

Lamentamos que, devido à falta de médicos, os serviços de saúde no concelho não possam atingir a qualidade e as respostas que as pessoas merecem. Reconhecemos, contudo, o excelente trabalho realizado pelos profissionais de saúde existentes no Centro de Saúde.

Congratulamo-nos com as obras em curso no Centro de Saúde de Terras de Bouro e continuaremos empenhados na melhoria das condições do Centro de Saúde de Rio Caldo.

SERVIÇOS MUNICIPAIS

Para melhorar a eficácia dos serviços municipais, continuaremos o processo de modernização da gestão e administração municipal, através da simplificação dos procedimentos e do maior aproveitamento das novas tecnologias.

Procurando servir cada vez melhor os munícipes, reforçaremos a dinâmica do balcão único de atendimento e disponibilizaremos os seguintes serviços:

- Centro Municipal de Valências de Apoio à Comunidade Local, a funcionar na antiga escola primária da sede do concelho e no Centro de Animação Turística do Gerês: presta apoio aos munícipes no âmbito da enfermagem, terapia da fala, psicologia, quiromassagem, nutrição, apoio ao estudo e desenvolve atividades educativas (aprendizagem da língua inglesa, ensino da música - guitarra e concertina), culturais, lúdicas e desportivas para todas as idades. O Centro Municipal de Valências abriu uma delegação no Centro de Animação Turística do Gerês a partir do mês de novembro de 2013, alargando ao Vale do Cávado a sua intervenção social;

- Gabinete de Gestão da Qualidade e Auditoria Interna dos Serviços Municipais, com Certificação de Qualidade concedida pela APCER;

- Gabinete de Apoio ao Agricultor (GAA): elaboração de candidaturas e prestação de outros serviços no âmbito da agricultura, pecuária e florestas;

- Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia;

- Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico: apoio a candidaturas a fundos comunitários, ao empreendedorismo, à fixação de empresas, ao desenvolvimento económico, etc.

- Gabinete Veterinário Municipal;

- Gabinete Técnico Florestal e Proteção Civil;

- Gabinete de Gestão de Fundos Comunitários: elaboração e acompanhamento do financiamento de candidaturas municipais no âmbito do QREN (ON2 e CIM Cávado) e apoio na elaboração de candidaturas de particulares aos fundos comunitários no âmbito do PRODER, através da ATAHCA;

- Gabinete de Inserção Profissional e Apoio à Juventude: apoio no emprego e empregabilidade e na ação social; promoção de iniciativas que visem a integração de cidadãos na vida ativa, informação e formação profissional para desempregados; etc.

- Gabinete de Apoio ao Município (GAM): elaboração de projetos para municípios carenciados e para Instituições (Juntas de Freguesia, Associações, Centros Sociais ou de Solidariedade Social, etc.); projetos das casas mortuárias; projetos de casas particulares para pessoa carenciadas e jovens, etc.;

- Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE): presta apoio aos municípios emigrados ou em vias de regressarem ao seu país, em áreas como a segurança social, a equivalência e/ou reconhecimento de habilitações académicas, assuntos de natureza jurídica, formação profissional e legalização de veículos, entre outros;

- Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ): presta informações e apoio aos municípios em situações de interpretação das leis e situações administrativas, na apresentação de exposições, nos diferendos e conflitos provocados por obras particulares, etc.

A Câmara Municipal ainda disponibilizará apoio na mediação de conflitos de consumo através de mediação, conciliação e arbitragem e informa os consumidores e agentes económicos dos seus direitos e deveres sobre o mercado de produtos e serviços (protocolo com o CIAB: Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo de Braga – Tribunal Arbitral de Consumo).

Alargaremos a descentralização dos serviços municipais. Além da delegação da Câmara Municipal em Rio Caldo, já entrou em funcionamento outra delegação no Centro de Animação Termal do Gerês.

3. OBRAS E PROJETOS MUNICIPAIS

Destacamos os projetos municipais que terão ou poderão ter uma influência direta no Orçamento do Município no ano de 2014.

Candidaturas ao Programa Operacional Regional ON.2 – O Novo Norte / QREN

OBRAS APROVADAS

Obra ou Projeto	Valor elegível	Encargos para a CMTB	Taxa de execução	Observações
Aqua Cávado	447.949,83 €	15%	60%	Em execução
Natur Parque do Campo do Gerês – Serra Amarela	686.340,00 €	15%	48,3%	Em execução
Ampliação do sistema de águas residuais	344.875,87 €	15%	100%	Concluído. Falta a transferência de 293.144,00 € para o Município.
Requalificação da Vila Termal do Gerês	391.314,82 €	15%	16,5 %	Em execução
Valor Gerês-Xurés (projeto transfronteiriço)	56.115,00 €	15%	41%	Em execução
Mais eficiência na iluminação pública do Cávado	257.075,55 €	15%	0%	Projeto da CIM Cávado. Aprovado em ON2.
Cávado Digital Mais (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa)	301.933,09 €	15%	0%	Aprovado recentemente (setembro de 2013)

Projetos a aguardar aprovação

Projetos a aguardar abertura de candidaturas aos Fundos Comunitários

Obra ou Projeto	Investimento previsto	Encargos para a CMTB	Observações
Parque da Vila de Terras de Bouro	1.271.881,94 €	15%	Aguarda revalidação. Projeto aprovado há mais de seis meses e com execução financeira inferior a 10%; cf. resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012, de 15 de março.
Ecovia Rio Caldo – Gerês: margens da albufeira da Caniçada	1.690.000,00 €	15%	Projeto elaborado
Promoção e divulgação da natureza e património cultural: 500 Anos de Natureza e Cultura	97.717,35 €	15%	Projeto elaborado e candidatado
Açude no Rio Homem	350.000,00 €	15%	Projeto elaborado
Praia Fluvial do Alqueirão	350.000,00 €	15%	Projeto elaborado
Rede de Trilhos Pedestres	200.000,00 €	15%	Projeto elaborado
Requalificação de Vias Municipais	600.000,00 €	15%	50% concluído
Requalificação da Via Romana da Geira (Terras de Bouro, Braga e Amares)	130.000,00 €	15%	Projeto elaborado e candidatado
Variante de Covide (Eliminação de pontos negros no trânsito)	300.000,00 €	15%	Projeto elaborado

Obras previstas para 2014 sem fundos comunitários

Obra ou projeto	Investimento previsto	Localidade	Ponto de situação
Casas mortuárias	170.000,00 €	Ribeira, Pereiró, Gerês, Campo do Gerês	Em execução ou em fase de preparação do projeto
Requalificação de vias municipais	300.000,00 €	Várias freguesias	Projetos elaborados
Requalificação de espaços públicos	100.000,00 €	Várias freguesias	Projetos em preparação
Parques de merendas, lazer e manutenção física	80.000,00 €	Várias freguesias	Projetos em preparação
Requalificação de espaços desportivos	30.000,00 €	Valdosende (Assento)	Projeto elaborado
TOTAL	680.000,00 €	-----	

4. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Continuaremos a estabelecer protocolos com as Juntas de Freguesia para a execução de obras por administração direta ou por transferência para a respetiva Junta. A resolução dos problemas de abastecimento de água, a pavimentação de diversas ruas e vias de acesso, a segurança rodoviária, a requalificação de espaços públicos, a construção de estruturas como casas mortuárias, sedes de Juntas e sanitários públicos, são as obras que merecerão o apoio da Câmara Municipal. Tendo em conta as obras prioritárias destacadas nos Planos de Actividades das Juntas de Freguesia e reforçadas nos contactos e nas reuniões para a elaboração deste Plano Anual de Actividades, apoiaremos técnica e financeiramente as Juntas de Freguesia na realização de diversas obras das quais se destacam as seguintes:

Balança

- Resolução dos problemas de abastecimento de água nos lugares de Carril e Moure (interligação da rede do lugar do Picouço com a rede do lugar de Real, na Ribeira)

- Pavimentação do caminho entre o Carril e Moure
- Pavimentação da rua principal do lugar da Pena

Campo do Gerês

- Arranjo urbanístico da rua da Geira (continuação da pavimentação em paralelo)
- Construção da casa mortuária
- Alargamento e pavimentação da Rua da Cerdeira até à Guarda.

Carvalheira

- Reconstrução do armazém do Centro Cultural que se encontra em risco de ruir
- Pavimentação da rua do Areeiro
- Colocação de rails de proteção e pintura do eixo da via na estrada municipal

Chamoim e Vilar

- Obras na sede da Junta de Freguesia em Chamoim
- Pavimentação das vias de acesso ao lugar de Pergoim, em Chamoim
- Requalificação do acesso ao lugar de Sequeirós, em Chamoim
- Pavimentação de rua no lugar da Mota, em Vilar
- Colocação de novos depósitos de água na freguesia de Vilar

Chorense e Monte

- Arranjo urbanístico do largo da Igreja Paroquial, em Chorense
- Pavimentação do caminho entre S. Sebastião da Geira e a Aldeia (parte alta), em Chorense
- Pavimentação da rua principal do lugar de Saim, em Chorense
- Requalificação das ruas no interior do lugar da Seara, em Santa Isabel do Monte
- Pavimentação em paralelo de uma rua no lugar de Rebordochão, em Santa Isabel do Monte

Cibões e Brufe

- Ampliação do cemitério de Cibões
- Pintura do eixo da via na estrada municipal Brufe – Lama – Vergaço – Bouças
- Pavimentação do caminho do Vidoedo (acesso à Levada, Lama, etc.) e de ruas nos lugares de Gilbarbedo e Parreirinha, em Cibões
- Requalificação do lugar de Cortinhas, em Brufe (2.ª fase)
- Requalificação do adro da Igreja de Brufe

Covide

- Requalificação do largo do Calvário
- Requalificação do espaço envolvente à capela de Santa Eufémia
- Requalificação da pavimentação de algumas ruas no interior do lugar de Freitas (pavimentação em paralelo)

Gondoriz

- Arranjo urbanístico do espaço exterior da capela de S. Miguel, o Anjo, em Guardenha
- Alargamento da via no interior do lugar de Cabaninhas, colocação de rails de proteção e pintura do eixo da via nas estradas municipais
- Pavimentação do estradão entre Refonteira e Guardenha – 1.ª fase

Moimenta

- Continuação da construção da sede da Junta de Freguesia
- Construção de um parque de lazer junto ao rio Homem
- Pavimentação das ruas e acessos de Andrias

Ribeira

- Construção da casa mortuária (continuação)
- Pavimentação da estrada entre Gogide e Santa Cruz (1.ª fase)
- Vedação de terrenos marginais à estrada entre Gogide e Santa Cruz

Rio Caldo

- Requalificação urbanística no lugar da Seara de Baixo (construção de um largo) e do largo junto à EN, em Parada
- Pavimentação de diversas ruas
- Loteamento em terrenos baldios

Souto

- Requalificação do lugar da Igreja (pavimentação em paralelo de algumas ruas)
- Construção de um parque de manutenção física
- Pavimentações de algumas ruas (lugares de Sá, Pardieiro, Passos)

Valdosende

- Pavimentação de várias vias de acesso
- Dinamização das estruturas criadas pelo projeto *AquaCávado*
- Requalificação da sede da Junta e do Centro Cultural

Vilar da Veiga

- Requalificação da casa mortuária de Pereiró e construção da casa mortuária no Gerês
- Construção de um parque infantil e de manutenção física na Vila do Gerês
- Construção de um passeio ao longo da estrada entre a Ponte de Rio Caldo e a Vila do Gerês (1.ª fase)

5. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A situação financeira do Município, pelas razões já apontadas, obriga-nos a uma política rigorosa na execução orçamental. Se o montante da receita diminuir significativamente, somos obrigados a reduzir a despesa. Assim, propomo-nos:

- a) Executar as obras consideradas prioritárias;

- b) Iniciar os projetos considerados prioritários tendo em conta os objetivos estratégicos para o nosso concelho;
- c) Executar uma política rigorosa de apoios económicos (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- d) Executar uma política rigorosa de atribuição de subsídios (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- e) Não aumentar as despesas com o pessoal;
- f) Reduzir em cerca de 5% as despesas com o parque automóvel;
- g) Reduzir em cerca de 5% as despesas com todos os eventos organizados pelo Município.

5.1 Princípios orientadores dos apoios económicos para o ano de 2014

Tendo em vista uma redução da despesa e uma política rigorosa e transparente na atribuição dos apoios económicos para o ano de 2014, traçamos os seguintes princípios:

a) A Câmara Municipal apoiará financeiramente:

- As pessoas e entidades abrangidas pelos regulamentos municipais ou normativos em vigor (ação social escolar; atividades de enriquecimento curricular; atividades de tempos livres; ensino especial; alunos carenciados do ensino superior; incentivo à natalidade; etc.)

- As pessoas e entidades que apresentem obras literárias ou de investigação de valor significativo para o concelho (por exemplo, a CM poderá apoiar a publicação de obras de investigação e de estudo que contribuam para o enriquecimento do espólio cultural, etnográfico, toponímico, autárquico, etc., do concelho).

5.2 Princípios orientadores da atribuição de subsídios no ano de 2014

Tendo em vista uma diminuição da despesa e uma política rigorosa na atribuição de subsídios para o ano de 2014, traçamos os seguintes princípios:

a) A Câmara Municipal subsidiará:

- Os Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro;

- As três delegações da Cruz Vermelha Portuguesa do concelho;
- As Instituições de Solidariedade Social do concelho;
- A Banda Musical de Carvalheira;
- Os Grupos, Clubes e Associações com modalidades desportivas federadas e que participem em campeonatos nacionais, regionais ou distritais;
- Todas as Associações, Grupos e Clubes do concelho, com objectivos culturais e desportivos, sem fins lucrativos (excepto as actividades recreativas);
- Todas as comissões de festas do concelho (a Câmara Municipal apoiará com um subsídio de 400,00 € as comissões de festas que contratem grupos do concelho: banda musical de Carvalheira, ranchos folclóricos, grupos musicais e corais, etc.);
- As instituições não sedeadas no concelho, mas que promovam atividades ou iniciativas que o divulguem;
- Instituições de carácter humanitário não sedeadas no concelho.

b) A Câmara Municipal não subsidiará:

- Qualquer atividade ou iniciativa de pessoas a título individual;
- As atividades recreativas de qualquer instituição ou associação (festas, convívios, prendas, passeios, almoços e jantares, etc.);
- Qualquer atividade ou iniciativa das instituições e associações com fins lucrativos.

c) As situações omissas serão analisadas e avaliadas pelo Executivo e pela Assembleia Municipal.

5.3 Assunção de Compromissos Plurianuais

1. Nos termos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, vulgarmente conhecida por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), solicita-se autorização préviagenérica favorável à assunção de compromissos plurianuais para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nos casos seguintes:

- a) *Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;*
- b) *Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.*
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
4. O regime previsto na presente autorização aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir.
5. A presente autorização aplica-se, ainda, a apoios a conceder às instituições de defesa e socorro das populações e às Instituições Particulares de Solidariedade Social, a contratos-programa a celebrar com instituições do concelho, protocolos com as Juntas de Freguesia, à aquisição de serviços de energia elétrica, de telecomunicações, de seguros e outros de carácter corrente e essenciais ao normal funcionamento dos serviços municipais.

6. EXECUÇÃO DOS PROJETOS

A Câmara Municipal seguirá, para execução dos projetos constantes do presente plano, as normas legais vigentes, valendo-se da Administração Direta, Ajuste Direto ou Concurso Público, previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as posteriores alterações e legislação complementar.

A Câmara Municipal poderá delegar nas Juntas de Freguesia a execução de alguns projetos ou trabalhos de menor dimensão, assegurando-lhes, nos termos da alínea j) do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o respetivo financiamento, **para o que se solicita**

anuência da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1, do mesmo artigo e diploma legal.

Estes projetos referir-se-ão a obras/intervenções de carácter urgente e/ou de menor dimensão, a estabelecer-se por protocolo, para o que se propõe, como referência, **um limite de 50.000,00 Euros**, em termos de estimativa orçamental.

7. FINANCIAMENTOS

Tendo em consideração o Regime Financeiro das Autarquias Locais, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e a distribuição no financiamento assegurado ao Plano e despesas de funcionamento, foram tomadas como contrapartidas as seguintes receitas:

1. Receita própria do Município	2.390.000,00 €	22,38%
2. FEF (corrente e de capital), FSM e IRS	5.414.200,00 €	50,69%
3. Outras Transferências	1.016.600,00 €	9,52%
4. FEDER; PO-NORTE; FSE	1.850.000,00 €	17,32%
5. Empréstimos	10.000,00 €	0,09%
6. Reposições	5,00 €	0,00%
TOTAL DA RECEITA	10.680.805,00 €	100,00%

As despesas com financiamento assegurado distribuem-se da seguinte forma:

1. Pessoal	4.147.305,00 €	38,83%
2. Encargos com Empréstimos	400.000,00 €	3,75%
3. Outras despesas de funcionamento	2.729.500,00 €	25,56%
4. Despesas de Plano	3.404.000,00 €	31,87%
TOTAL DA DESPESA	10.680.805,00 €	100,00%

Receitas Próprias do Município

No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e preços, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme previsto, na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações dadas pelos Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de setembro e Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

As restantes receitas correntes foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efetivamente arrecadadas, tendo por certo que não se verificarão alterações significativas no seu comportamento.

Transferências do OGE (FEF/FSM/IRS):

As importâncias relativas a transferências do Orçamento Geral do Estado estão inscritas com valor aprovado para o ano de 2013, por não se encontrar publicado o Orçamento Geral do Estado para 2014, conforme estipulado na alínea c) do ponto 3.3. – Regras previsionais, do POCAL.

Reposições não abatidas nos pagamentos:

Para fazer face às reposições provenientes da EDP – 5,00 €.

Empréstimos

A verba mencionada nesta rubrica – € 10.000,00 – destina-se unicamente à abertura das rubricas em sede de Orçamento, daí o seu valor residual.

A previsão de encargos a satisfazer com os mesmos consta de anexo ao presente documento.

8. GESTÃO DE PESSOAL

A publicação da Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) – Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, refere que “Os municípios e as freguesias dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro”. (n.º 1 do artigo 3.º)

O n.º 2 do mesmo artigo refere que “Os mapas de pessoal a que se refere o número anterior, são aprovados, mantidos ou alterados:

- a) Nos municípios, pela assembleia municipal;
- b) ...”

O artigo 7.º da LVCR, refere que “as verbas orçamentais dos órgãos e serviços afetas a despesas com pessoal destinam-se a suportar os seguintes tipos de encargos:

- a) Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço;
- b) Com recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria de trabalhadores que se mantenham em exercício de funções.”

No que diz respeito aos trabalhadores a recrutar, as respetivas verbas encontram-se inseridas no orçamento (rubrica 01.01.04.04 – Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato Individual de Trabalho/Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho).

No que diz respeito à alteração de posição remuneratória dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções fixa-se um valor de 2.000,00 €.

Face aos imperativos legais referidos, propõe-se que **a Assembleia Municipal aprove o mapa de pessoal**, para o ano de 2014, anexo ao presente documento.

9. MAPAS

9.1 – RESUMO DO ORÇAMENTO

<i>RECEITAS</i>				<i>DESPESAS</i>					
	<i>Valor</i>	<i>% Parcelar</i>	<i>% Total</i>		<i>Valor</i>	<i>% Parcelar</i>	<i>% Total</i>		
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES					
01	IMPOSTOS DIRETOS	896.000,00	11,71	8,39	01	DESPESAS COM O PESSOAL	4.147.305,00	59,93	38,83
02	IMPOSTOS INDIRETOS	73.000,00	0,95	0,68	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.214.500,00	32,00	20,73
03	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, CGA				03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	45.000,00	0,65	0,42
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	138.000,00	1,80	1,29	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	348.000,00	5,03	3,26
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	597.000,00	7,81	5,59	05	SUBSÍDIOS	101.000,00	1,46	0,95
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.343.800,00	69,86	50,03	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.000,00	0,94	0,61
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	576.000,00	7,53	5,39					
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000,00	0,33	0,23					
	Total das Receitas Correntes	7.648.800,00	100,00	71,61		Total das Despesas Correntes	6.920.805,00	100,00	64,80
RECEITAS CAPITAL				DESPESAS CAPITAL					
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	85.000,00	2,80	0,80	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.234.000,00	86,01	30,28
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.937.000,00	96,87	27,50	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	170.000,00	4,52	1,59
11	ATIVOS FINANCEIROS				09	ATIVOS FINANCEIROS	1.000,00	0,03	0,01
12	PASSIVOS FINANCEIROS	10.000,00	0,33	0,09	10	PASSIVOS FINANCEIROS	355.000,00	9,44	3,32
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			
	Total das Receitas de Capital	3.032.000,00	100,00	28,39		Total das Despesas de Capital	3.760.000,00	100,00	35,20
OUTRAS RECEITAS									
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00	0,00	0,00					
	Total das Outras Receitas	5,00	0,00	0,00		Total das Despesas de Capital	3.760.000,00	100,00	35,20
	TOTAL RECEITAS	10.680.805,00		100,00		TOTAL DESPESAS	10.680.805,00		100,00

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 14 de novembro de 2013

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 29 de novembro de 2013

9.2 – ORÇAMENTO DA RECEITA

<i>Económica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Montante Previsto</i>
01	IMPOSTOS DIRETOS	896.000,00
01 02	OUTROS	896.000,00
01 02 02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	355.000,00
01 02 03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	120.000,00
01 02 04	IMPOSTO MUNICIPAL S/ AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	91.000,00
01 02 05	DERRAMA	310.000,00
01 02 07	IMPOSTOS ABOLIDOS	15.000,00
01 02 07 01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	5.000,00
01 02 07 02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	5.000,00
01 02 07 03	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEÍCULOS	5.000,00
01 02 99	IMPOSTOS DIRETOS DIVERSOS	5.000,00
02	IMPOSTOS INDIRETOS	73.000,00
02 02	OUTROS	73.000,00
02 02 06	IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	73.000,00
02 02 06 01	Mercados e Feiras	5.000,00
02 02 06 02	Loteamento e Obras	5.000,00
02 02 06 03	Ocupação de Via Pública	5.000,00
02 02 06 05	Publicidade	5.000,00
02 02 06 06	Saneamento	13.000,00
02 02 06 99	Outros	40.000,00
02 02 06 99 01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	5.000,00
02 02 06 99 02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	5.000,00
02 02 06 99 99	OUTROS	30.000,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	138.000,00
04 01	TAXAS	118.000,00
04 01 23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	118.000,00
04 01 23 01	Mercados e Feiras	5.000,00
04 01 23 02	Loteamento e Obras	33.000,00
04 01 23 03	Ocupação de Via Pública	5.000,00
04 01 23 05	Caça, uso e porte arma	5.000,00
04 01 23 06	Saneamento	21.000,00
04 01 23 99	Outros	49.000,00
04 01 23 99 01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	5.000,00
04 01 23 99 02	Taxa pela emissão do certificado de registo	5.000,00
04 01 23 99 99	Outras	39.000,00
04 02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	20.000,00
04 02 01	JUROS DE MORA	5.000,00
04 02 03	MULTAS E COIMAS POR INFRAÇÕES AO CÓDIGO DA ESTRADA	5.000,00
04 02 04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	5.000,00
04 02 99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	5.000,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	597.000,00
05 02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	7.000,00
05 02 01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.000,00
05 07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES	5.000,00
05 07 03	Empresa privados	5.000,00
05 10	RENDAS	585.000,00
05 10 01	TERRENOS	5.000,00
05 10 05	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	130.000,00
05 10 99	OUTROS	450.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.343.800,00

<i>Económica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Montante Previsto</i>
06 03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.338.800,00
06 03 01	ESTADO	5.138.800,00
06 03 01 01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.170.000,00
06 03 01 02	Fundo Social Municipal	129.500,00
06 03 01 03	Participação variável no IRS	72.700,00
06 03 01 99	Outros	766.600,00
06 03 01 99 01	DGAL	40.000,00
06 03 01 99 02	DREN	710.000,00
06 03 01 99 99	OUTROS	16.600,00
06 03 06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EMPROJETOSCOFINANCIADOS	5.000,00
06 03 06 01	FUNDO SOCIAL EUROPEU	5.000,00
06 03 07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	190.000,00
06 03 09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - SUBSISTEMA DE PROTEÇÃO	5.000,00
06 08	FAMÍLIAS	5.000,00
06 08 01	FAMÍLIAS	5.000,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	576.000,00
07 01	VENDA DE BENS	121.000,00
07 01 01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	5.000,00
07 01 03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	5.000,00
07 01 10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	10.000,00
07 01 10 01	SUCATA	5.000,00
07 01 10 99	OUTROS	5.000,00
07 01 11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	87.000,00
07 01 11 03	ÁGUA	81.000,00
07 01 11 04	ELETRICIDADE	6.000,00
07 01 99	OUTROS	14.000,00
07 02	SERVIÇOS	320.000,00
07 02 01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	5.000,00
07 02 08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS	144.000,00
07 02 08 02	SERVIÇOS RECREATIVOS	144.000,00
07 02 08 02 99	OUTROS	144.000,00
07 02 09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	44.000,00
07 02 09 01	Saneamento	5.000,00
07 02 09 02	Resíduos Sólidos	5.000,00
07 02 09 03	Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	15.000,00
07 02 09 03 02	Transportes Escolares	5.000,00
07 02 09 03 03	Transporte de pessoas e mercadorias	5.000,00
07 02 09 03 99	OUTROS	5.000,00
07 02 09 04	Trabalhos por Conta de Particulares	9.000,00
07 02 09 05	Cemitérios	5.000,00
07 02 09 06	Mercados e Feiras	5.000,00
07 02 99	OUTROS	127.000,00
07 03	RENDAS	135.000,00
07 03 01	HABITAÇÕES	8.000,00
07 03 02	EDIFÍCIOS	127.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000,00
08 01	OUTRAS	25.000,00
08 01 99	OUTRAS	25.000,00
08 01 99 01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio d	5.000,00
08 01 99 02	Indemnizações de estragos provocados por outrem em	5.000,00
08 01 99 03	IVA Reembolsado	5.000,00
08 01 99 04	IVA INVERSÃO DA LIQUIDAÇÃO	5.000,00

<i>Económica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Montante Previsto</i>
08 01 99 99	Diversas	5.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.648.800,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	85.000,00
09 01	TERRENOS	60.000,00
09 01 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	60.000,00
09 02	HABITAÇÕES	5.000,00
09 02 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	5.000,00
09 03	EDIFÍCIOS	5.000,00
09 03 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	5.000,00
09 04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	15.000,00
09 04 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	15.000,00
09 04 06 01	Equipamento de Transporte	5.000,00
09 04 06 02	Maquinaria e Equipamento	5.000,00
09 04 06 03	OUTROS	5.000,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.937.000,00
10 03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.937.000,00
10 03 01	ESTADO	1.092.000,00
10 03 01 01	Fundo Equilíbrio Financeiro	1.042.000,00
10 03 01 04	Cooperação Técnica e Financeira	5.000,00
10 03 01 99	Outros	45.000,00
10 03 01 99 01	DREN	40.000,00
10 03 01 99 99	OUTROS	5.000,00
10 03 07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EMPROJETOS CO-	1.835.000,00
10 03 07 01	FEDER/INTERREG	1.830.000,00
10 03 07 02	FEOGA	5.000,00
10 03 08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	10.000,00
10 03 08 01	IFT - PITER	5.000,00
10 03 08 02	INH	5.000,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	10.000,00
12 05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	5.000,00
12 05 02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	5.000,00
12 06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	5.000,00
12 06 02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	5.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3.032.000,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
15 01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
15 01 01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
	TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5,00
Total		10.680.805,00

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 14 de novembro de 2013

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 29 de novembro de 2013

9.3 – ORÇAMENTO DA DESPESA

<i>Orgânica</i>	<i>Económica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Extra Plano</i>	<i>Plano</i>	<i>Montante Previsto</i>
01	Assembleia Municipal		29.000,00		29.000,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	26.500,00		26.500,00
	01 02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	26.500,00		26.500,00
	01 02 04	AJUDAS DE CUSTO	6.500,00		6.500,00
	01 02 13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	20.000,00		20.000,00
	01 02 13 02	OUTROS	20.000,00		20.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.500,00		2.500,00
	02 01	AQUISIÇÃO DE BENS	2.500,00		2.500,00
	02 01 08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	2.500,00		2.500,00
		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	29.000,00		29.000,00
02	Câmara Municipal		7.117.805,00	3.534.000,00	10.651.805,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	4.120.805,00		4.120.805,00
	01 01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.200.805,00		3.200.805,00
	01 01 01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS	113.000,00		113.000,00
	01 01 04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	2.115.805,00		2.115.805,00
	01 01 04 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	2.108.805,00		2.108.805,00
	01 01 04 02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERA	1.000,00		1.000,00
	01 01 04 03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERA	1.000,00		1.000,00
	01 01 04 04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	5.000,00		5.000,00
	01 01 05	PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS	5.000,00		5.000,00
	01 01 06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	51.000,00		51.000,00
	01 01 06 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	50.000,00		50.000,00
	01 01 06 04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	1.000,00		1.000,00
	01 01 08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	10.000,00		10.000,00
	01 01 09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	6.000,00		6.000,00
	01 01 11	REPRESENTAÇÃO	33.000,00		33.000,00
	01 01 11 01	Membros dos Órgãos Autárquicos	33.000,00		33.000,00
	01 01 12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	1.000,00		1.000,00
	01 01 13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	272.000,00		272.000,00
	01 01 13 01	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	268.000,00		268.000,00
	01 01 13 01 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	228.000,00		228.000,00
	01 01 13 01 02	PESSOAL/NOVOS POSTOS DE TRABALHO	40.000,00		40.000,00
	01 01 13 02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	3.000,00		3.000,00
	01 01 13 03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	1.000,00		1.000,00
	01 01 14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	582.000,00		582.000,00
	01 01 14 01	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	572.000,00		572.000,00
	01 01 14 01 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	571.000,00		571.000,00
	01 01 14 01 02	PESSOAL/NOVOS POSTOS DE TRABALHO	1.000,00		1.000,00
	01 01 14 02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	10.000,00		10.000,00
	01 01 15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	12.000,00		12.000,00
	01 02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	92.000,00		92.000,00
	01 02 01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.000,00		1.000,00
	01 02 02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	71.000,00		71.000,00

<i>Orgânica</i>	<i>Económica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Extra Plano</i>	<i>Plano</i>	<i>Montante Previsto</i>
	01 02 03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1.000,00		1.000,00
	01 02 04	AJUDAS DE CUSTO	1.000,00		1.000,00
	01 02 05	ABONO PARA FALHAS	15.000,00		15.000,00
	01 02 07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	1.000,00		1.000,00
	01 02 08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAM	1.000,00		1.000,00
	01 02 13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	1.000,00		1.000,00
	01 02 13 02	OUTROS	1.000,00		1.000,00
	01 03	SEGURANÇA SOCIAL	828.000,00		828.000,00
	01 03 01	ENCARGOS COM A SAÚDE	132.000,00		132.000,00
	01 03 03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	25.000,00		25.000,00
	01 03 04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	3.000,00		3.000,00
	01 03 05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	629.000,00		629.000,00
	01 03 05 01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ADSE)	5.000,00		5.000,00
	01 03 05 02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO	623.000,00		623.000,00
	01 03 05 02 01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	437.000,00		437.000,00
	01 03 05 02 02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	186.000,00		186.000,00
	01 03 05 03	OUTROS	1.000,00		1.000,00
	01 03 06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1.000,00		1.000,00
	01 03 09	SEGUROS	36.000,00		36.000,00
	01 03 09 01	SEGUROS - SEG AC. TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	35.000,00		35.000,00
	01 03 09 02	SEGUROS - SEGUROS DE SAÚDE	1.000,00		1.000,00
	01 03 10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	2.000,00		2.000,00
	01 03 10 01	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	1.000,00		1.000,00
	01 03 10 99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1.000,00		1.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.087.000,00	125.000,00	2.212.000,00
	02 01	AQUISIÇÃO DE BENS	340.000,00	10.000,00	350.000,00
	02 01 01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	5.000,00		5.000,00
	02 01 02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	179.000,00		179.000,00
	02 01 02 01	GASOLINA	25.000,00		25.000,00
	02 01 02 02	GASÓLEO	100.000,00		100.000,00
	02 01 02 99	OUTROS	54.000,00		54.000,00
	02 01 03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	1.000,00		1.000,00
	02 01 04	LIMPEZA E HIGIENE	12.000,00		12.000,00
	02 01 05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFECCIONADAS	60.000,00		60.000,00
	02 01 06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	2.000,00		2.000,00
	02 01 07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	7.000,00		7.000,00
	02 01 08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	12.000,00		12.000,00
	02 01 15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	11.000,00	5.000,00	16.000,00
	02 01 16	MERCADORIAS PARA VENDA	8.000,00		8.000,00
	02 01 16 03	Outros	8.000,00		8.000,00
	02 01 17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	3.000,00		3.000,00
	02 01 18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	1.000,00		1.000,00
	02 01 19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	1.000,00		1.000,00
	02 01 20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	2.000,00		2.000,00
	02 01 21	OUTROS BENS	36.000,00	5.000,00	41.000,00
	02 02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.747.000,00	115.000,00	1.862.000,00
	02 02 01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	130.000,00		130.000,00
	02 02 03	CONSERVAÇÃO DE BENS	14.000,00		14.000,00

<i>Orgânica</i>	<i>Económica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Extra Plano</i>	<i>Plano</i>	<i>Montante Previsto</i>
	02 02 04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	5.000,00		5.000,00
	02 02 05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	1.000,00		1.000,00
	02 02 08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	38.000,00		38.000,00
	02 02 09	COMUNICAÇÕES	49.000,00		49.000,00
	02 02 10	TRANSPORTES	282.000,00		282.000,00
	02 02 11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	1.000,00		1.000,00
	02 02 12	SEGUROS	62.000,00		62.000,00
	02 02 13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	5.000,00		5.000,00
	02 02 14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA	50.000,00		50.000,00
	02 02 15	FORMAÇÃO	30.000,00		30.000,00
	02 02 16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1.000,00		1.000,00
	02 02 17	PUBLICIDADE	45.000,00	15.000,00	60.000,00
	02 02 18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1.000,00		1.000,00
	02 02 19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	20.000,00		20.000,00
	02 02 20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	382.000,00	60.000,00	442.000,00
	02 02 24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	22.000,00		22.000,00
	02 02 25	OUTROS SERVIÇOS	609.000,00	40.000,00	649.000,00
	02 02 25 01	ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA P/ DISTRIBUIÇÃO	244.000,00		244.000,00
	02 02 25 02	OUTROS	365.000,00	40.000,00	405.000,00
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	45.000,00		45.000,00
	03 01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	40.000,00		40.000,00
	03 01 03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	40.000,00		40.000,00
	03 01 03 01	SOC. FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A CURTO PRAZO	5.000,00		5.000,00
	03 01 03 02	SOC. FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A MÉDIO/LONGO PRAZOS	35.000,00		35.000,00
	03 02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	5.000,00		5.000,00
	03 02 01	DESPESAS DIVERSAS	5.000,00		5.000,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	348.000,00		348.000,00
	04 03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.000,00		2.000,00
	04 03 05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	2.000,00		2.000,00
	04 05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	16.000,00		16.000,00
	04 05 01	CONTINENTE	16.000,00		16.000,00
	04 05 01 02	FREGUESIAS	1.000,00		1.000,00
	04 05 01 08	OUTROS	15.000,00		15.000,00
	04 07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	270.000,00		270.000,00
	04 07 01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	270.000,00		270.000,00
	04 08	FAMÍLIAS	60.000,00		60.000,00
	04 08 02	OUTRAS	60.000,00		60.000,00
	04 08 02 01	FAMÍLIAS	60.000,00		60.000,00
	05	SUBSÍDIOS	101.000,00		101.000,00
	05 01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.000,00		1.000,00
	05 01 01	PÚBLICAS	1.000,00		1.000,00
	05 01 01 02	Outras	1.000,00		1.000,00
	05 08	FAMÍLIAS	100.000,00		100.000,00
	05 08 03	OUTRAS	100.000,00		100.000,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000,00	5.000,00	65.000,00
	06 02	DIVERSAS	60.000,00	5.000,00	65.000,00
	06 02 03	OUTRAS	60.000,00	5.000,00	65.000,00
	06 02 03 01	Restituições	15.000,00		15.000,00

<i>Orgânica</i>	<i>Económica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Extra Plano</i>	<i>Plano</i>	<i>Montante Previsto</i>
	06 02 03 02	IVA	15.000,00		15.000,00
	06 02 03 04	Serviços Bancários	5.000,00		5.000,00
	06 02 03 05	OUTRAS	25.000,00	5.000,00	30.000,00
		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.761.805,00	130.000,00	6.891.805,00
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		3.234.000,00	3.234.000,00
	07 01	INVESTIMENTOS		964.000,00	964.000,00
	07 01 01	TERRENOS		10.000,00	10.000,00
	07 01 02	HABITAÇÕES		20.000,00	20.000,00
	07 01 02 01	CONSTRUÇÃO		10.000,00	10.000,00
	07 01 02 03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		10.000,00	10.000,00
	07 01 03	EDIFÍCIOS		200.000,00	200.000,00
	07 01 03 01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		100.000,00	100.000,00
	07 01 03 02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		20.000,00	20.000,00
	07 01 03 05	ESCOLAS		60.000,00	60.000,00
	07 01 03 07	OUTROS		20.000,00	20.000,00
	07 01 04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		171.000,00	171.000,00
	07 01 04 01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		51.000,00	51.000,00
	07 01 04 06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		100.000,00	100.000,00
	07 01 04 13	OUTROS		20.000,00	20.000,00
	07 01 06	MATERIAL DE TRANSPORTES		100.000,00	100.000,00
	07 01 06 02	OUTRO		100.000,00	100.000,00
	07 01 07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		48.000,00	48.000,00
	07 01 08	SOFTWARE INFORMÁTICO		169.000,00	169.000,00
	07 01 09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		41.000,00	41.000,00
	07 01 10	EQUIPAMENTO BÁSICO		205.000,00	205.000,00
	07 01 10 01	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		20.000,00	20.000,00
	07 01 10 02	OUTROS		185.000,00	185.000,00
	07 03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		2.270.000,00	2.270.000,00
	07 03 01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS		20.000,00	20.000,00
	07 03 02	EDIFÍCIOS		40.000,00	40.000,00
	07 03 02 04	CRECHES		20.000,00	20.000,00
	07 03 02 05	ESCOLAS		20.000,00	20.000,00
	07 03 03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS		2.210.000,00	2.210.000,00
	07 03 03 01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		800.000,00	800.000,00
	07 03 03 02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		110.000,00	110.000,00
	07 03 03 04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		250.000,00	250.000,00
	07 03 03 05	PARQUES E JARDINS		20.000,00	20.000,00
	07 03 03 06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		300.000,00	300.000,00
	07 03 03 07	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		210.000,00	210.000,00
	07 03 03 08	VIAÇÃO RURAL		370.000,00	370.000,00
	07 03 03 09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		140.000,00	140.000,00
	07 03 03 12	CEMITÉRIOS		10.000,00	10.000,00
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		170.000,00	170.000,00
	08 07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		130.000,00	130.000,00
	08 07 01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS-		130.000,00	130.000,00
	08 08	FAMÍLIAS		40.000,00	40.000,00
	08 08 02	OUTRAS		40.000,00	40.000,00
	09	ATIVOS FINANCEIROS	1.000,00		1.000,00
	09 03	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.000,00		1.000,00

<i>Orgânica</i>	<i>Económica</i>	<i>Descrição</i>	<i>Extra Plano</i>	<i>Plano</i>	<i>Montante Previsto</i>
	09 03 01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PRI	1.000,00		1.000,00
	10	PASSIVOS FINANCEIROS	355.000,00		355.000,00
	10 05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	5.000,00		5.000,00
	10 05 03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	5.000,00		5.000,00
	10 06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	350.000,00		350.000,00
	10 06 03	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	350.000,00		350.000,00
		TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	356.000,00	3.404.000,00	3.760.000,00
Total			7.146.805,00	3.534.000,00	10.680.805,00

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 14 de novembro de 2013

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 29 de novembro de 2013

9.4 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

9.4.1 - ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Objectivo	N.º do projecto / acção	Orgânica	Económica	FR	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	Outros	
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios											40.000,00	10.000,00	10.000,00					50.000,00	
	11A004	A.H. BOMBEIROS V. T. BOURO / INVEST. NO SETOR		O	100			O.AUT.	01-01-2011	31-12-2017		40.000,00	10.000,00	10.000,00					50.000,00	
	11A004	02	08 07 01										10.000,00	10.000,00					10.000,00	
	11A005	NÚCLEOS C.V. TERRAS DE BOURO / INVEST. NO SETOR		O	100			O.AUT.	01-01-2011	31-12-2017		21.837,00	10.000,00	10.000,00					31.837,00	
	11A005	02	08 07 01										10.000,00	10.000,00					10.000,00	
2.3.2	Ação social											254.600,00	50.000,00	50.000,00					304.600,00	
	11A001	APOIO A CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIAIS		O	100			DOM	01-01-2011	31-12-2017		254.600,00	50.000,00	50.000,00					304.600,00	
	11A001	02	08 07 01										50.000,00	50.000,00					50.000,00	
	11A002	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE		O	100			O.AUT	01-01-2011	31-12-2017		61.835,91	40.000,00	40.000,00					101.835,91	
	11A002	02	08 08 02										40.000,00	40.000,00					40.000,00	
2.4.2	Ordenamento do território											169.885,45	20.000,00	20.000,00					189.885,45	
	11A003	REQUALIFICAÇÃO DE CEMITERIOS E CASAS MORTUARIAS		O	100			DSBA	01-01-2011	31-12-2017		169.885,45	20.000,00	20.000,00					189.885,45	
	11A003	02	08 07 01										20.000,00	20.000,00					20.000,00	
2.4.4	Abastecimento de água											20.030,92	20.000,00	20.000,00					40.030,92	
	11A006	REGADIOS TRADICIONAIS		O	100			DSBA	01-01-2011	31-12-2017		20.030,92	20.000,00	20.000,00					40.030,92	
	11A006	02	08 07 01										20.000,00	20.000,00					20.000,00	
2.5.1	Cultura												130.000,00	130.000,00					130.000,00	
	14A001	500.º ANIVERSÁRIO FORAL MANUELINO							01-01-2014	31-12-2014			130.000,00	130.000,00					130.000,00	
	14A001	02	02 01 15										5.000,00	5.000,00					5.000,00	
	14A001	02	02 01 21										5.000,00	5.000,00					5.000,00	
	14A001	02	02 02 17										15.000,00	15.000,00					15.000,00	
	14A001	02	02 02 20										60.000,00	60.000,00					60.000,00	
	14A001	02	02 02 25 02										40.000,00	40.000,00					40.000,00	
	14A001	02	06 02 03 05										5.000,00	5.000,00					5.000,00	
2.5.3	Outras actividades cívicas e religiosas											34.249,76	20.000,00	20.000,00					54.249,76	
	13A001	PATRIMÓNIO CULTURAL		O					01-01-2003	31-12-2017		34.249,76	20.000,00	20.000,00					54.249,76	
	13A001	02	08 07 01										20.000,00	20.000,00					20.000,00	
Total												602.439,04	300.000,00	300.000,00					902.439,04	

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 14 de novembro de 2013

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 29 de novembro de 2013

9.4.2 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objectivo	N.º do projecto /acção	Orgânica	Económica	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto
				FR	AC	AA		FC	Início			Fim	Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	
1.1.1	Administração geral											984.135,78	345.000,00	345.000,00					1.329.135,78
	09P001	CÂMARA MUNICIPAL / EQUIPAMENTO E MAQUINARIA		O				O.AUT.	01-01-2009	31-12-2017	984.135,78	345.000,00	345.000,00					1.329.135,78	
	09P001	02	07 01 07									46.000,00	46.000,00					46.000,00	
	09P001	02	07 01 08									169.000,00	169.000,00					169.000,00	
	09P001	02	07 01 09									30.000,00	30.000,00					30.000,00	
	09P001	02	07 01 10 02									100.000,00	100.000,00					100.000,00	
	10P032	AQUISIÇÃO DE TERRENOS		O		100		O.AUT.	01-01-2010	31-12-2017	28.248,55	30.000,00	30.000,00					58.248,55	
	10P032	02	07 01 01									10.000,00	10.000,00					10.000,00	
	10P032	02	07 03 01									20.000,00	20.000,00					20.000,00	
	10P033	REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS		E		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	284.007,63	100.000,00	100.000,00					384.007,63	
	10P033	02	07 01 03 01									100.000,00	100.000,00					100.000,00	
	10P035	CÂMARA MUNICIPAL / MATERIAL DE TRANSPORTE		O		100		O.AUT.	01-01-2010	31-12-2017	301.132,28	100.000,00	100.000,00					401.132,28	
	10P035	02	07 01 06 02									100.000,00	100.000,00					100.000,00	
2.1.1	Ensino não superior											37.117,07	20.000,00	20.000,00					57.117,07
	10P002	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR		O		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	37.117,07	20.000,00	20.000,00					57.117,07	
	10P002	02	07 03 02 05									20.000,00	20.000,00					20.000,00	
	10P004	ESCOLA PROFISSIONAL AMAR TERRA VERDE		O		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	188.553,12	60.000,00	60.000,00					248.553,12	
	10P004	02	07 01 03 05									60.000,00	60.000,00					60.000,00	
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino											21.277,71	20.000,00	20.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		44.277,71
	10P001	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR		O		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	21.277,71	20.000,00	20.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		44.277,71	
	10P001	02	07 03 02 04									20.000,00	20.000,00					20.000,00	
2.4.1	Habitação											2.342,10	10.000,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		15.342,10
	05P013	LOTEAMENTO DA CANIÇADA - VALDOZENDE		O		100		UPU	01-01-2000	31-12-2017	2.342,10	10.000,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		15.342,10	
	05P013	02	07 01 02 01									10.000,00	10.000,00					10.000,00	
	10P011	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL		O		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	2.476,49	10.000,00	10.000,00					12.476,49	
	10P011	02	07 01 02 03									10.000,00	10.000,00					10.000,00	
2.4.2	Ordenamento do território											37.217,34	20.000,00	20.000,00					57.217,34
	02P038	ALTERAÇÃO E REVISÃO DO PDM		O		100		UPU	01-01-2002	31-12-2017	37.217,34	20.000,00	20.000,00					57.217,34	
	02P038	02	07 01 10 02									20.000,00	20.000,00					20.000,00	
	08P003	PARQUE URBANO - RIBEIRO DE GORDAIRAS		O				UOM	01-12-2008	31-12-2017	31.948,30	10.000,00	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		44.948,30	
	08P003	02	07 03 03 01									10.000,00	10.000,00					10.000,00	
	10P012	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS, PLANOS DE URBANIZAÇÃO/POR		O		100		UPU	01-01-2010	31-12-2017	14.383,56	10.000,00	10.000,00					24.383,56	
	10P012	02	07 01 10 02									10.000,00	10.000,00					10.000,00	
	10P013	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS		O		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	1.341.595,16	780.000,00	780.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		2.124.595,16	
	10P013	02	07 03 03 01									780.000,00	780.000,00					780.000,00	
	10P019	REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNIC		O		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	51.602,99	250.000,00	250.000,00					301.602,99	
	10P019	02	07 03 03 04									250.000,00	250.000,00					250.000,00	
	11P001	CEMITÉRIOS MUNICIPAIS		O		100		USUA	01-01-2011	31-12-2017	189,56	10.000,00	10.000,00					10.189,56	
	11P001	02	07 03 03 12									10.000,00	10.000,00					10.000,00	

Objectivo	N.º do projecto /acção	Orgânica	Económica	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto	
				FR	AC	AA		FC	Início			Fim	Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017		Outros
	11P002	ECOVIA DO GERÊS			100		UOM	01-01-2011	31-12-2017		30.627,00	10.000,00	10.000,00						40.627,00	
	11P002	02 07 03 03 01										10.000,00	10.000,00						10.000,00	
2.4.3	Saneamento										869.945,91	100.000,00	100.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		972.945,91	
	10P016	CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM E			100		USUA	01-01-2010	31-12-2017		869.945,91	100.000,00	100.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		972.945,91	
	10P016	02 07 03 03 02										100.000,00	100.000,00						100.000,00	
	10P020	CONTROLO DE QUALIDADE DE EFLUENTES			100		USUA	01-01-2010	31-12-2017		5.593,15	10.000,00	10.000,00						15.593,15	
	10P020	02 07 03 03 02										10.000,00	10.000,00						10.000,00	
2.4.4	Abastecimento de água										439.512,97	200.000,00	200.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		642.512,97	
	10P017	CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIME			100		USUA	01-01-2010	31-12-2017		439.512,97	200.000,00	200.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		642.512,97	
	10P017	02 07 03 03 07										200.000,00	200.000,00						200.000,00	
2.4.5	Resíduos sólidos										8.052,62	20.000,00	20.000,00						28.052,62	
	10P039	AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO			100		USUA	01-01-2010	31-12-2017		8.052,62	20.000,00	20.000,00						28.052,62	
	10P039	02 07 01 10 01										20.000,00	20.000,00						20.000,00	
2.4.6	Protecção meio ambiente e conservação da natureza										59.236,63	331.000,00	331.000,00						390.236,63	
	08P002	NATUR PARQUE DE VILARINHO DA FURNA			25	75	O.AUT.	22-08-2010	31-12-2017		59.236,63	331.000,00	331.000,00						390.236,63	
	08P002	02 07 01 09										11.000,00	11.000,00						11.000,00	
	08P002	02 07 01 10 02										20.000,00	20.000,00						20.000,00	
	08P002	02 07 03 03 06										300.000,00	300.000,00						300.000,00	
	10P029	CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE JARDINS			100		USUA	01-01-2010	31-12-2017		33.432,44	10.000,00	10.000,00						43.432,44	
	10P029	02 07 03 03 05										10.000,00	10.000,00						10.000,00	
	10P031	DEFESA FLORESTAL			100		O.AUT.	01-01-2010	31-12-2017		6.580,57	20.000,00	20.000,00						26.580,57	
	10P031	02 07 03 03 07										10.000,00	10.000,00						10.000,00	
	10P031	02 07 03 03 08										10.000,00	10.000,00						10.000,00	
2.5.1	Cultura										3.953,40	20.000,00	20.000,00						23.953,40	
	10P005	REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS			100		UOM	01-01-2010	31-12-2017		3.953,40	20.000,00	20.000,00						23.953,40	
	10P005	02 07 01 03 02										20.000,00	20.000,00						20.000,00	
	10P036	REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL			100		O.AUT.	01-01-2010	31-12-2017		88.561,69	40.000,00	40.000,00						128.561,69	
	10P036	02 07 01 03 07										20.000,00	20.000,00						20.000,00	
	10P036	02 07 01 04 13										20.000,00	20.000,00						20.000,00	
2.5.2	Desporto, recreio e lazer											10.000,00	10.000,00						10.000,00	
	10P006	CONSTRUÇÃO DE PRAIAS FLUVIAIS			100		UOM	01-01-2010	31-12-2017			10.000,00	10.000,00						10.000,00	
	10P006	02 07 01 04 06										10.000,00	10.000,00						10.000,00	
	10P007	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS E ESTRUTURAS			100		UOM	01-01-2010	31-12-2017		45.618,73	50.000,00	50.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		98.618,73	
	10P007	02 07 01 04 06										50.000,00	50.000,00						50.000,00	
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca										3.500,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00				23.500,00	
	09P004	REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHOS AGRICOLAS E RURAIS					UOM	01-01-2009	31-12-2017		3.500,00	10.000,00	10.000,00		10.000,00				23.500,00	
	09P004	02 07 03 03 08										10.000,00	10.000,00						10.000,00	
3.3.1	Transportes rodoviários										1.254.665,48	350.000,00	350.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		1.607.665,48	
	02P190	REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EXISTENTE					UOM	01-01-2002	31-12-2017		1.254.665,48	350.000,00	350.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		1.607.665,48	
	02P190	02 07 03 03 08										350.000,00	350.000,00						350.000,00	
	10P026	SINALIZAÇÃO VIÁRIA E TURISTICA			100		UOM	01-01-2010	31-12-2017		41.338,91	50.000,00	50.000,00						91.338,91	

Objectivo	N.º do projecto /acção	Orgânica	Económica	Fonte de Financiamento			Resp.	Datas		F.E.	Realizado	2014			Anos Seguintes				Total Previsto
				FR	AC	AA		FC	Início			Fim	Total	Fin. Definido	Fin. Não Definido	2015	2016	2017	
	10P026	02	07 03 03 09									50.000,00	50.000,00						50.000,00
	10P027		REQUALIFICAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	O		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	20.348,19	10.000,00	10.000,00						30.348,19
	10P027	02	07 01 04 01									10.000,00	10.000,00						10.000,00
	10P028		CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAM	E		100		UOM	01-01-2010	31-12-2017	8.534,19	10.000,00	10.000,00						18.534,19
	10P028	02	07 03 03 05									10.000,00	10.000,00						10.000,00
	11P003		CONST. CENTRAL CAMIONAGEM	E		100		UOM	01-01-2011	31-12-2017	32.877,90	41.000,00	41.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		76.877,90
	11P003	02	07 01 04 01									41.000,00	41.000,00						41.000,00
3.4.2	Turismo										354.152,79	167.000,00	167.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		524.152,79
	10P040		AQUA CÁVADO	O		25	75	O.AUT.	01-01-2010	31-12-2017	354.152,79	167.000,00	167.000,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00		524.152,79
	10P040	02	07 01 04 06									40.000,00	40.000,00						40.000,00
	10P040	02	07 01 07									2.000,00	2.000,00						2.000,00
	10P040	02	07 01 10 02									35.000,00	35.000,00						35.000,00
	10P040	02	07 03 03 09									90.000,00	90.000,00						90.000,00
Total											6.632.760,21	3.234.000,00	3.234.000,00		20.000,00	10.000,00	10.000,00		9.906.760,21

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 14 de novembro de 2013

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 29 de novembro de 2013

10. ANEXOS

10.1 – MAPA DE PESSOAL

Câmara Municipal

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira	Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
			Tempo Indeterminado		Termo			
			Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(1)	Dirigente Intermédio de 2.º Grau		3					
	Dirigente Intermédio de 3.º Grau		1					
(2)	Técnico Superior	Técnico Superior	33	7			(a)	
(3)	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	10	2				
(4)	Assistente Técnico	Assistente Técnico	19	13				
(5)	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	5					
(6)	Assistente Operacional	Assistente Operacional	66					
(7)	Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	3					
(8)	Informática	Especialista de informática	1					
(9)	Informática	Técnico de Informática	5	2				
Total Câmara Municipal			146	24	0	0		

Agrupamento de Escolas

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira	Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
			Tempo Indeterminado		Termo			
			Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(2)	Técnico Superior	Técnico Superior	2	2	6	2	(a)	
(3)	Assistente Técnico	Coordenador Técnico		1				
(4)	Assistente Técnico	Assistente Técnico	7	1				
(5)	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	1	1				
(6)	Assistente Operacional	Assistente Operacional	47					
			57	5	6	2		

Notas:

(a) Curso de nível superior nas seguintes áreas: Filosofia; Medicina Veterinária; Biologia e Geologia; Biologia Aplicada; Administração Pública; Gestão e Informática; Filosofia e Desenvolvimento da Empresa; Engenharia Ambiental; Engenharia Agronómica; Direito; Turismo; Relações Públicas; Higiene e Segurança no Trabalho; Serviço Social; Sociologia; Informática de Gestão; Contabilidade; Administração e Finanças; Engenharia Civil; Arquitetura; Topografia; Engenharia do Ambiente; Saúde Ambiental; Engenharia Agropecuária; Relações Internacionais; Educação; Arqueologia; Engenharia Florestal; Ciências de Informação e Documentação; Desporto; Solicitadoria; Design Gráfico; Estudos Portugueses e Espanhóis; Psicologia; Informática; Inglês; Música; Atividade Física e Desportiva; Atividades Lúdico Expressivas.

Atribuições/Competências/Atividades:

(1) – Submeter a despacho do presidente da câmara, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução; Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente; Propor ao presidente da câmara municipal tudo o que seja do interesse daquele; Colaborar na

elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas; Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente dos órgãos executivos e propor as soluções adequadas; Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações dos órgãos executivos nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige; Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos; Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários; Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os funcionários e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; Divulgar junto dos funcionários os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários; Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos funcionários, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa; Identificar as necessidades de formação específica dos funcionários da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação; Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos funcionários da sua unidade orgânica; Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

(2) – Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

(3) – Funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.

(4) – Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.

(5) – Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação.

(6) – Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.

(7) – Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.

(8) – Assegurar a gestão e manutenção do parque informático do Município; a gestão de atualizações de hardware e software; a gestão de projetos de TI; a administração de Sistemas do Município, englobando tarefas de análise, estudo, definição de políticas, planeamento, aquisições, implementação, configuração, manutenção e gestão; a administração de infraestruturas de telecomunicações (central telefónica, terminais e infraestrutura); a administração do sistema de StorageArea Network; a administração da plataforma de virtualização VMWARE (gestão e monitorização de máquinas virtuais, e recursos físicos dos nós de virtualização); a gestão dos sistemas de luta contra incêndios, alimentação elétrica socorrida, monitorização ambiental, ar-condicionado e controlo de acessos do datacenter interno; a gestão do sistema de backups de suporte aos sistemas e dados alojados no datacenter interno (backup para tape e para sistema de discos D2D); a coordenação, administração e gestão do sistema de correio eletrónico; a definição e implementação de mecanismos de monitorização, segurança e alarmística do sistema informático; a administração e gestão do sistema de diretório e autenticação de utilizadores do Município; no suporte à gestão do sistema de ERP (APTRA), do sistema de gestão documental (ANO), e da gestão do sistema de informação geográfica utilizado no Município; a administração e gestão da plataforma de alojamento do Web site institucional do Município; administração dos sistemas de auditoria e segurança Informática; administração e gestão de sistemas de segurança informática (antivírus, atualizações de segurança das APP e máquinas - vulnerabilidades, políticas de passwords, acessos à Internet, ligações, autenticações, integridade física e lógica dos equipamentos e sistemas, definição de metodologias pró-ativas, firewalls, IPS (sistema de prevenção de intrusões), etc.); aconselhamento, apoio e suporte técnico ao responsável pelos serviços de TI; planeamento de necessidades e aquisição de hardware, software e equipamento de rede, serviços e contratos (garantia e manutenção/ suporte); administração e gestão de redes (gestão de IP's e ativos de rede: routers, switchs, concentrador de VPN, concentrador wireless, etc.); administração e gestão de sistemas de gestão de conteúdos e filtros; administração e gestão de políticas e sistemas de largura de banda (acesso à Internet); apoio na identificação de requisitos técnicos e funcionais de sistemas de informação.

(9) – Instalar componentes de hardware e software, designadamente, de sistemas servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, periféricos e suporte lógico utilitário, assegurando a respetiva manutenção e atualização; Gerar e documentar as configurações e organizar e manter atualizado o arquivo dos manuais de instalação, operação e utilização dos sistemas e suportes lógicos de base; Planificar a exploração, parametrizar e acionar o funcionamento, controlo e operação dos sistemas, computações, periféricos e dispositivos de comunicações instalados, atribuir, otimizar e desafetar os recursos, identificar as anomalias e desencadear as ações de regularização requeridas; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento e dos suportes de informação e desencadear e controlar os procedimentos regulares de salvaguarda da informação, nomeadamente cópias de segurança, de proteção da integridade e de recuperação da informação; Apoiar os utilizadores finais na operação dos equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas. Projetar, desenvolver, instalar e modificar programas e aplicações informáticas, em conformidade com as exigências dos sistemas de informação definidos, com recurso aos suportes lógicos, ferramentas e linguagens apropriadas; Instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos disponíveis no mercado; Elaborar procedimentos e programas específicos para a correta utilização dos sistemas operativos e adaptação de suportes lógicos de base, por forma a otimizar o desempenho e facilitar a operação dos equipamentos e das aplicações; Desenvolver e efetuar testes unitários e de integração dos programas e das aplicações, de forma a garantir o seu correto funcionamento e realizar a respetiva documentação e manutenção; Colaborar na formação e prestar apoio aos utilizadores na programação e execução de procedimentos pontuais de interrogação de ficheiros e bases de

dados, na organização e manutenção de pastas de arquivo e na operação dos produtos e aplicações de microinformática disponíveis.

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 14 de novembro de 2013

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 29 de novembro de 2013

10.2 – ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS

Caixa Geral de Depósitos

Empréstimo^o	Capital	Juros
9015004926891	12.091,43 €	659,61 €
	12.100,79 €	667,48 €
9015002272691	15.330,29 €	483,95 €
	15.360,10 €	454,14 €
9015004324391	18.161,51 €	1.199,68 €
	18.212,09 €	1.149,10 €
810000419291	4.846,78 €	254,61 €
	4.861,29 €	241,31 €
9015004579391	7.384,87 €	469,22 €
	7.403,03 €	451,99 €
810000406091	1.334,08 €	73,64 €
	1.334,08 €	69,24 €
9140013398391	16.804,82 €	1.542,62 €
	16.853,28 €	1.515,98 €
810000410991	2.299,76 €	126,95 €
	2.299,76 €	119,36 €
9015002313791	23.883,87 €	1.524,62 €
	23.794,73 €	1.435,77 €
810000414191	10.554,57 €	554,44 €
	10.586,15 €	525,49 €
TOTAL CGD	225.497,28 €	13.519,20 €

Caixa de Crédito Agrícola

Empréstimo n^o	Capital	Juros
56027276582	3.408,90 €	404,59 €
	3.423,70 €	393,91 €
560038257776	13.236,93 €	159,26 €
	13.259,57 €	136,62 €
56038385217	10.813,56 €	510,52 €
	10.832,05 €	492,03 €
56047150047	13.834,28 €	1.990,66 €
	13.892,53 €	1.932,41 €
59040107226	14.471,90 €	1.594,97 €
	14.471,90 €	1.526,33 €
TOTAL CCAM	111.645,32 €	9.141,30 €

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

Empréstimo^o	Capital	Juros
2005.21.3141.2.00.1	5.053,85 €	3.866,41 €
	5.136,55 €	3.783,70 €
TOTAL IHRU	10.190,40 €	7.650,11 €

Quadro – Resumo

Entidade	Capital	Juros
Caixa Geral de Depósitos	225.497,28 €	13.519,20 €
Caixa de Crédito Agrícola	111.645,32 €	9.141,30 €
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	10.190,40 €	7.650,11 €
TOTAL GERAL	347.333,00 €	30.310,61 €

10.3 – QUADRO-RESUMO DOS SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

<i>Codificação</i>	<i>Descrição</i>	<i>Montante aprovado e não reembolsado</i>
NORTE-08-0569-FEDER-000004	Adaptação da Escola do Monte/Centro Interpretativo	1.367,39
NORTE-10-0144-FEDER-000206	Centro Escolar de Terras de Bouro	38.556,82
NORTE-07-0666-FEDER-000033	Infraestrutura tecnológica de apoio às TIC nas salas de aula	2.670,03
NORTE-10-0350-FEDER-000005	Rede viária municipal	58.807,67
NORTE-10-0350-FEDER-000183	Manutenção de Estradas	6.211,52
NORTE-10-0350-FEDER-000139	Requalificação de Vias Municipais	6.016,02
NORTE-10-0350-FEDER-000140	Requalificação de Vias Municipais II	5.056,21
NORTE-07-0826-FEDER-000218	Modernização e interligação Serviços Municipais	22.976,90
NORTE-10-0156-FEDER-000040	Piscina Municipal	25.000,00
NORTE-10-0156-FEDER-000082	Pavilhão Gimnodesportivo no Centro Escolar de T. Bouro	25.000,00
NORTE-07-0666-FEDER-000011	ESDC - Rede local/videovigilância	40,25
NORTE-09-0230-FEDER-000054	Aqua Cávado	166.893,91
NORTE-07-0086-FEDER-000145	Cávado Digital	6.298,83
NORTE-09-0137-FEDER-000012	Gestão/Prevenção de Riscos	3.858,51
NORTE-09-0230-FEDER-000026	Natur Parque	330.780,41
NORTE-03-000136-FEDER-000042	Equipamento Proteção Civil/ Máq. Neve	928,87
NORTE-07-0927-FEDER-000129	Cávado Prospetivo	408,37
	Ampliação do Sistema de Águas Residuais "Vertente em Baixa" no Município de Terras de Bouro (1ª. Fase)	293.144,49
NORTE-08-0569-FEDER-000036	Requalificação da Vila do Gerês	313.051,86
	Mais Eficiência na Iluminação Pública do Cávado	218.514,22
	0597_Valor_Gerês-Xurês_1_P	42.086,25
	Cávado Digital SAMA	262.810,00
	Total	1.830.478,53

10.4 – DECLARAÇÕES DE VOTO